

ANTICAPACITISMO E EDUCAÇÃO: reflexões e possibilidades

Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita ¹

Maria Francisca Máximo Dantas ²

João Pedro da Silva Júnior ³

Geovani dos Santos Silva ⁴

INTRODUÇÃO

O preconceito e a discriminação acompanham historicamente as pessoas com deficiência impedindo-as de participarem de forma justa e equitativa da sociedade. Nos últimos anos houve a expansão do debate sobre a temática do capacitismo, em que aglutinou neste termo tanto a questão do julgamento prévio e atos em relação à essa referida parcela da população, quanto seus desdobramentos. Tal concepção reduz a pessoa às suas especificidades, entendendo-as como incapazes. Essa percepção está presente em várias esferas, a exemplo: saúde, educação, mobilidade urbana, lazer, esporte, cultura, trabalho, habitação, relações interpessoais. Com relação à educação, mais especificamente o espaço da escola e da universidade, há inúmeras vivências que invisibilizam estudantes e questionam constantemente suas dificuldades/habilidades.

O capacitismo no contexto educacional pode ter um impacto significativo no desempenho acadêmico e emocional dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, a aproximação com o tema deste estudo aconteceu a partir da vivência dos autores com a temática tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional, emergindo reflexões sobre os desafios enfrentados pelos estudantes, e formas de melhorar as experiências destes.

Este estudo tem como objetivo principal analisar de que forma o anticapacitismo pode contribuir na permanência da pessoa com deficiência no contexto escolar e universitário e refletir sobre a sua importância na promoção de espaços educacionais mais inclusivos e

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Serviço Social e Políticas de Proteção Social pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa (CINTEP). Assistente social da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Link do currículo: <http://lattes.cnpq.br/2195244474047999>. E-mail: fabiahalana@hotmail.com;

² Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Educação Inclusiva (IFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI/CES/UFCG). Vinculada ao Programa de Monitoria Inclusiva da UFCG como Orientadora. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9760383194114691>. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Vinculado ao Programa de Monitoria Inclusiva da UFCG como aluno apoiado. E-mail: ufcg.joaopedro@gmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: geovaniserra21@gmail.com.

acessíveis. Fortalecendo, assim, o compromisso com a educação inclusiva e a formulação de futuras políticas públicas voltadas à valorização da diversidade de todas as pessoas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Segundo Gil (2002, p.162), metodologia refere-se à explicação dos processos utilizados na condução da pesquisa. Visando uma compreensão mais profunda da realidade, adotou-se o método do materialismo histórico dialético para revelar a essência por trás da aparência e abordar as contradições implícitas à questão. De acordo com Kosik (1976, p. 124), a dialética materialista revela como o indivíduo histórico e concreto, moldado pelos princípios econômicos estabelecidos pelo sistema, não apenas cria e perpetua a realidade social em que está inserido, mas também a si mesmo, num processo de produção e reprodução simultânea.

Este estudo teve como subsídio, o levantamento bibliográfico e documental de livros, artigos, produções acadêmicas, plataformas digitais e vivências de alguns dos autores desse estudo que tiveram experiências pessoais e profissionais enquanto pessoas com deficiência nesses âmbitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Primerano (2022, tradução livre), sobre o capacitismo, “Sandra Levi situa o surgimento do termo nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a partir dos movimentos pelos direitos civis, que ajudaram a mudar a visão da deficiência” (PRIMERANO, 2022, tradução livre). E continua afirmando que Michelle Nario-Redmond (2020) registrou a primeira utilização do termo capacitismo em 1981, na revista feminista *Off our backs*, definindo-o como: “a opressão sistêmica de um grupo de pessoas justificada pela referência ao que podem ou não fazer com o seu corpo ou mente” (RAE, 1981)” (PRIMERANO, 2022, tradução livre). Sendo possível inferir que através dessa lógica a sociedade legitima a opressão em relação às pessoas com deficiência, tendo como fundamento a imposição de restrições sobre o que podem fazer ou decidir em relação aos corpos e mentes destes indivíduos.

Lima (2022), por sua vez, compreende que o termo capacitismo “surge em contraposição à ideologia da normalidade, enquanto debate legítimo inaugurado por pessoas com deficiência, no sentido de viabilizar as lutas e resistências contra a sociedade opressora” (LIMA, 2022, p. 25). Destacando a importância da mobilização do movimento das pessoas com deficiência ao longo da história da humanidade, pautando suas próprias demandas, discutindo

dialeticamente os temas que perpassam seus cotidianos e principalmente defendendo seu protagonismo diante de suas próprias histórias.

No Brasil o termo foi difundido por Anahi Guedes de Mello que é surda, mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela UFSC. Segundo seus escritos: “divulguei o capacitismo primeiro nos movimentos sociais, a partir da minha participação nas conferências nacionais de políticas para mulheres e LGBT em dezembro de 2011” (MELLO, 2016). Esta mesma autora define o capacitismo como sendo o “juízo moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e se mobiliza para avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas” (MELLO, 2016). Nessa perspectiva é importante pontuar que há interseções entre a temática do capacitismo e os fundamentos essenciais do sistema capitalista, em que a capacidade dos corpos é vinculada ao potencial de lucro que podem proporcionar ao capital. Quem não se atende ao padrão, é excluído, invisibilizado e oprimido.

Outra importante referência no tema foi Adriana Dias (*in memoriam*) que foi uma mulher com deficiência, antropóloga, ativista pelos Direitos Humanos, lutou pelos direitos das pessoas com deficiência, integrou a Frente Nacional de Mulheres com Deficiência. Segundo ela, o capacitismo é “a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir a próprias vidas [...] A deficiência para o capacitista é um estado diminuído do ser humano (DIAS, 2013, p. 2)”.

Acreditar na visão capacitista é entender que existe um padrão único de pessoa, e a partir disso os corpos devem ser consertados, “curados” (como o modelo médico preconiza). Mas deficiência não é doença, é uma característica da pessoa. O capacitismo é fantasiado de boas intenções, de cuidado, de camuflagem da deficiência. Além disso, a sociedade trata os corpos com deficiência como algo público, reproduzindo atitudes como a divulgação de fotos nas plataformas digitais sem autorização, perguntas indesejadas sobre a intimidade, entre outras.

A lógica capacitista pode ser exemplificada através da: infantilização de pessoas com deficiência; atribuição dos títulos de herói/heroína, coitado/a, exemplo de superação; ser objeto de inspiração/motivação para outras pessoas com e sem deficiência; a utilização de termos que minimizam a deficiência (especial, deficiente) ou que são pejorativos; a falta de acessibilidade em suas diversas dimensões. Sendo possível refletir que o capacitismo se expressa de forma sutil na comunicação, nos comportamentos das pessoas e através do cuidado e da superproteção.

No contexto escolar e universitário, o capacitismo tende a categorizar, estigmatizar e restringir as pessoas com deficiência, colocando o foco na deficiência em vez do indivíduo.

Este estudo, portanto, ressalta a educação como um espaço fundamental para a experiência e o diálogo das futuras gerações sobre a desconstrução dessa questão.

Nesse sentido, é fundamental a reflexão sobre o antipacitismo e a prática de ações e atitudes inclusivas. Diante das pesquisas deste estudo e das vivências dos autores elaborou-se o seguinte conceito: o antipacitismo é o movimento de transformação social em defesa do respeito à diversidade, subjetividades e vivências. Perpassando as possibilidades de corpos, de comunicação, de comportamentos, de espaços e serviços da sociedade. Desconstruindo padrões e lutando pela formulação de ações e políticas públicas que favoreçam o bem estar das pessoas com deficiência. Valorizando, desta forma, a diversidade humana em todas as esferas da vida social, econômica e política.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As reflexões realizadas a partir da revisão bibliográfica e das vivências dos autores deste estudo, destacando as produções de Pita (2020) e Farias *et al* (2023), apontam que entre os principais desafios dos estudantes com deficiência com relação à permanência na escola e na universidade, destacam-se: a falta da acessibilidade em suas diversas dimensões (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal); barreiras atitudinais que reforçam os preconceitos, discriminações, estereótipos, estigmas em relação às deficiências; falta de recursos adaptados às especificidades de cada deficiência; metodologias utilizadas em sala de aula; falta de capacitação da equipe de profissionais desses espaços; quantidade de cuidadores/monitores/profissionais de apoio que acompanhem esses estudantes quando necessário.

Além dos desafios apontados acima, podemos citar também as dificuldades nos currículos escolares e projetos político pedagógicos dos cursos de graduação e fragilidades encontradas na orientação de serviços pedagógicos que contribuam para políticas e práticas educacionais mais inclusivas.

Diante disso se faz necessário pontuar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência dispõe em seu Art. 28º que os sistemas educacionais devem “garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (BRASIL, 2018). Partindo desse ponto de vista, torna-se imprescindível destacar a importância de proporcionar a permanência de qualidade aos estudantes com deficiência na educação, oferecendo o suporte necessário de acordo com as especificidades de cada aluno e vivências acadêmicas inclusivas e equitativas. Afinal a educação deve cumprir seus objetivos relacionados ao desenvolvimento

de habilidades e competências dos estudantes e tudo que as grades curriculares propõem. Não reduzir a educação dos estudantes com deficiência apenas à questão da socialização. A escola e a universidade devem ser vivenciadas em sua totalidade por todos os estudantes.

Desta forma, o anticapacitismo pode contribuir na permanência da pessoa com deficiência no contexto escolar e universitário, promovendo espaços educacionais mais inclusivos e acessíveis. Entre as principais orientações estão: respeitar a pessoa com deficiência da forma que ela existe; acreditar no potencial dos estudantes com deficiência, enaltecendo suas possibilidades e realizando adaptações para o que for mais difícil realizar; promover diálogo entre professores e alunos para organizar estratégias metodológicas para melhor apreensão do conteúdo; organizar espaços de diálogo entre os alunos com deficiência para fortalecimento da luta por melhores condições de permanência; não excluí-las dos espaços, serviços e eventos; defender o protagonismo, autonomia e independência desses estudantes; melhorar a acessibilidade em suas diversas dimensões. De modo a contribuir na participação dos estudantes com deficiência de forma efetiva e adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de alcançar o propósito desta revisão bibliográfica, identificou-se que o anticapacitismo colabora de forma eficaz na melhoria das condições do processo de ensino e aprendizagem, do espaço físico, da comunicação, da socialização dos estudantes com deficiência, através de práticas inclusivas, diálogos permanentes, protagonismo e autonomia desses estudantes. Contribuindo, conseqüentemente, para a expansão desse movimento em direção à sociedade como um todo.

Nesse sentido, é de suma importância que todas as pessoas se envolvam na luta por uma educação inclusiva, equitativa e diversa, que atenda às especificidades dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Capacitismo. Anticapacitismo. Escola. Universidade. Estudante com Deficiência

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 18 out 2023.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: **Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência**, 2013. São Paulo: [s.n.], 2013. p. 5.

FARIAS, A. Q.; BEZERRA; SILVA, J. S. S.; PITA, F. H.; BECHE, R. C. E.; GOMES, D. M. **Mulheres Com Deficiência No Ensino Superior: analisando a Política de Inclusão e Acessibilidade nas Universidades Federais Nordestinas 2023** (Cartilha).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002, 4. ed., 175 p. Disponível em: <[http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como elaborar projeto de pesquisa - antonio carlos gil.pdf](http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como%20elaborar%20projeto%20de%20pesquisa%20-%20antonio%20carlos%20gil.pdf)>. Acesso em: 23 nov 2018.

KOSIK, Karel (1976). **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LIMA, Adelita Pereira de. **As repercussões do cuidado na vida de mães de crianças com deficiência: reflexões sobre deficiência e gênero**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, 2022, 121p. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/46280/1/2022_AdelitaPereiradeLima.pdf>. Acesso em: 18 out 2023.

MELLO, Anahi Guedes de. **O que é capacitismo?**. 2016a. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/29958>>. Acesso em 17 jan 2020.

Nario-RedmondMichelle. 2020. **Ableism: The causes and consequences of disability prejudic**. Hoboken,NJ: *John Wiley&Sons*.

PITA, Fábila Halana Fonseca Rodrigues. **A realidade de estudantes com deficiência na escola pública: um olhar à luz do exercício profissional de assistentes sociais no município de João Pessoa – PB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. 235p. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20201751449db82198079ea192928a8a1/DISSERTAO_Fbia_Halana_Pit a.pdf>. Acesso em: 22 set 2020.

PRIMERANO, Adrien. **L'émergence des concepts de “capacitisme” et de “validisme” dans l'espace francophone: entre monde universitaire et monde militant**. Alter, [S. l.], v. 16, n. 2, p.43-58, 2022. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/alterjdr/683?lang=en>>. Acesso em: 18 out 2023.

RaeArachné. 1981. **Open letter to disabled lesbian**. *Off our backs*, 11(5): 39.